

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº 01 E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA

CJP ALIMENTOS NATURAIS LTDA.

Pelo presente instrumento particular, o abaixo assinado:

CAROLINE SIQUEIRA BENTO, Brasileira, natural de São José/SC nascida em 01 de Novembro de 1993, solteira, Empresária, inscrita no CPF sob o n.º 068.394.649-89, portadora da Carteira de Identidade sob o n.º 5.301.790, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliada na Tv. Manoel Siqueira Filho 44 Fazenda da Armação, Gov. Celso Ramos, CEP: 88.190-000/SC.

Sócio da sociedade limitada de nome empresarial **CJP ALIMENTOS NATURAIS LTDA**, registrada legalmente por contrato social devidamente arquivado nesta Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob **NIRE nº 42206840581**, com sede Rodovia Municipal Francisco Wollinger, s/n, Sala 03, Areias de Cima Governador Celso Ramos, CEP 88.190-000/SC, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica/MF sob o nº **38.118.266/0001-06**, deliberam de pleno e comum acordo ajustarem a presente alteração contratual, nos termos da Lei nº 10.406/ 2002, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

NOME FANTASIA

Cláusula Primeira. A sociedade adotará o nome fantasia **CJP ALIMENTOS NATURAIS**.

OBJETO SOCIAL

Cláusula Segunda. A sociedade passa a ter o seguinte objeto:
Fabricação de produtos à base de soja e de alimentos pré-preparados para restaurantes, lanchonetes e semelhantes; Serviços de envasamento, fracionamento e empacotamento; Comércio varejista em lojas de produtos naturais e dietéticos; Comércio varejista em lojas de lojas de delicatessen; Comércio varejista de bebidas; Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; Comércio varejista de laticínios e frios; Minimercados, mercearias e armazéns; Lojas de variedades; Comércio varejista de carnes; Comércio varejista de pescados (peixaria); Transporte rodoviário de carga, municipal; transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional; Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.

81300001144040

1



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/06/2023 Data dos Efeitos 09/06/2023

Arquivamento 20239473027 Protocolo 239473027 de 09/06/2023 NIRE 42206840581

Nome da empresa CJP ALIMENTOS NATURAIS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441983462437024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CS0hguXo716x6Q9c9hsJrQ&chave2=Ug8cwwspH_-cKgj5CvUIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06839464989-CAROLINE SIQUEIRA BENTO

DA RATIFICAÇÃO E FORO

Cláusula Terceira. O foro para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do contrato social permanece em BIGUAÇU/SC.

Cláusula Quarta. As Cláusulas e condições estabelecidas em atos já arquivados e que não foram expressamente modificadas por esta alteração continuam em vigor.

Em face das alterações acima, consolida-se o contrato social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes

CLÁUSULA I: A sociedade passa a girar sob a denominação social de **CJP ALIMENTOS NATURAIS LTDA.**

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome Fantasia de **CJP ALIMENTOS NATURAIS.**

CLÁUSULA II: A sociedade tem sua sede na **Rodovia Municipal Francisco Wollinger, s/n, Sala 03, Areias de Cima Governador Celso Ramos, CEP: 88.190-000/SC.**

CLÁUSULA III: A Sociedade tem como objeto: **Fabricação de produtos à base de soja e de alimentos pré-preparados para restaurantes, lanchonetes e semelhantes; Serviços de envasamento, fracionamento e empacotamento; Comércio varejista em lojas de produtos naturais e dietéticos; Comércio varejista em lojas de lojas de delicatessen; Comércio varejista de bebidas; Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; Comércio varejista de laticínios e frios; Minimercados, mercearias e armazéns; Lojas de variedades; Comércio varejista de carnes; Comércio varejista de pescados (peixaria); Transporte rodoviário de carga, municipal; transporte rodoviário de carga, intermunicipal, interestadual e internacional; Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.**

CLÁUSULA IV: A sociedade poderá abrir filiais, escritórios e e representações em qualquer localidade do País ou no exterior, por deliberação dos sócios.

CLÁUSULA V: A sociedade iniciou suas atividades em **17 de Agosto de 2020**, e o prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CLÁUSULA VI: O capital social é de R\$ R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), divididos em 100 (cem) cotas, com valor nominal unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais), subscritas pelos sócios, a saber:



SÓCIO	QUOTAS	VLR. EM R\$	PART.
Caroline Siqueira Bento	100	5.000,00	100,00%
Totalizando	100	5.000,00	100,00%

Parágrafo Único: O capital social está totalmente integralizado nesta data, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA VII: As quotas do capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser transferidas, alienadas, caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, a terceiros, sem o consentimento expresso dos sócios que representam a maioria absoluta do capital social, assegurando o direito de preferência aos demais sócios, em igualdade de condições.

CLÁUSULA VIII: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas respectivas quotas, apenas respondendo solidariamente pela integralização do capital.

CLÁUSULA IX: A administração da sociedade será exercida ISOLADAMENTE ao Sócio **Caroline Siqueira Bento**, e a ela caberá a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais.

Parágrafo Primeiro: Fica expressamente vedado o uso da firma, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social.

Parágrafo Segundo: A título de PRÓ-LABORE o administrador poderá retirar mensalmente uma quantia, cujo valor será fixado de comum acordo entre os sócios.

CLÁUSULA X: O exercício social começará em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício levantar-se-á o inventário do ativo e do passivo e se procederá ao respectivo balanço, o qual será submetido à aprovação dos sócios. Os lucros eventualmente apurados terão a aplicação que os sócios determinarem. A partilha dos lucros verificados obedecerá à proporção das quotas dos sócios.

Parágrafo Primeiro: Poderá a sociedade levantar balanços intermediários, mensais, trimestrais ou semestrais, bem como distribuir lucros à conta do resultado nestes balanços, ou da conta de lucros acumulados, na forma prevista em Lei.

Parágrafo Segundo: Os sócios participam dos lucros e perdas, na proporção de suas quotas, de conformidades com a composição do capital social.

3

81300001144040



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/06/2023 Data dos Efeitos 09/06/2023

Arquivamento 20239473027 Protocolo 239473027 de 09/06/2023 NIRE 42206840581

Nome da empresa CJP ALIMENTOS NATURAIS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441983462437024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

12/06/2023

Parágrafo Terceiro: Se o resultado do exercício apresentar prejuízo, este será compensado com lucros acumulados de exercícios anteriores, com reserva de lucros, e nesta ordem. O saldo de prejuízo que porventura remanescer será mantido em conta de prejuízos acumulados para compensação com lucros de exercícios seguintes. No caso de inexistência de lucros suficientes para absorção total do prejuízo, este será suportado pelos sócios na proporção de suas participações no capital social.

CLÁUSULA XI: A reunião da sociedade poderá ser convocada por qualquer dos sócios, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente, mediante a expedição de carta convocatória, com local, data, hora e a ordem do dia da reunião, para o endereço dos sócios, para esse fim.

Parágrafo Primeiro: Ficam dispensadas as formalidades de convocação para reunião previstas no § 3º do art. 1.152 do Código Civil, quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Segundo: Torna-se dispensável a reunião por determinação legal ou quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto de deliberação.

Parágrafo Terceiro: Porém, em sendo necessária a realização de reunião, as deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas mediante quórum de instalação que será a maioria absoluta do capital social, quórum este que também se aplica a nomeação do administrador, porém, para a alienação do estabelecimento comercial, cisão, fusão, transformação, liquidação ou dissolução o quórum deliberativo será, então, de três quartos dos votos dos quotistas.

CLÁUSULA XII: O falecimento, retirada, interdição ou inabilitação de um dos sócios não acarretará a dissolução da sociedade, que continuará com o sócio remanescente ou herdeiros do sócio falecido. Caso o(s) herdeiro(s) do sócio falecido não pretenda(m) integrar-se a Sociedade, então, caberá ao(s) sócio(s) remanescente(s) providenciar(em) a produção de balanço especial e apuração do patrimônio líquido para pagamento dos haveres do sócio falecido, conforme o disposto na Cláusula Décima Quinta.

CLÁUSULA XIII: O(s) administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, que não existe(m) impedimento(s) de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional,



contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA XIV: Os sócios poderão retirar-se da sociedade, pela vontade unilateral, a qualquer tempo, por dissidência em relação à alteração contratual deliberada pela maioria, ou outros fatores estranhos à alteração contratual.

Parágrafo Único: O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária, poderá exercer o direito de retirar-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e aos outros sócios, por escrito mediante protocolo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da deliberação que discordou, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma da Cláusula seguinte.

CLÁUSULA XV: Os sócios retirantes, excluídos, falidos e o cônjuge supérstite, herdeiros ou legatários do sócio falecido, terão os seus haveres apurados com base em balanço especialmente levantado, em até 60 (sessenta dias) do óbito, e liquidados os haveres, em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira em 90 (noventa) dias da data da resolução.

CLÁUSULA XVI: Dependem de deliberação e concordância dos sócios: a) A aprovação das contas da administração; b) a exclusão ou retirada de um dos sócios por pedido do sócio; c) a designação dos administradores em ato separado, não sócio ou administrador sócio; d) a destituição dos administradores; e) o modo e o valor da remuneração dos administradores; f) a participação dos administradores e dos empregados nos lucros; g) a modificação do contrato social; h) a transformação da sociedade, ou a fusão, cisão ou incorporação, resolução, dissolução e liquidação da sociedade empresarial; i) a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; j) recuperação judicial; k) investimento em outras empresas, coligadas ou controladas; l) aumento de capital com bens ou moeda corrente; m) aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

CLÁUSULA XVII: A sociedade por deliberação da reunião dos sócios poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se caso a versão for total ou absorver patrimônio de sociedade cindida.

Parágrafo Único: Para tanto é necessário a aprovação de três quartos dos quotistas presentes na reunião, instalada nos moldes do art. 1074 e seguintes do Código Civil, bem como a elaboração de laudo de avaliação por profissional habilitado, que será nomeado na reunião, e que deverá observar os critérios do balanço especial, constantes da Cláusula Décima Quinta, protocolo e justificativas elaboradas nos moldes da lei.



CLÁUSULA XVIII: A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha, nas hipóteses previstas no Art. 1.033 CC.

Parágrafo Único: Em todas as hipóteses de dissolução, a reunião, por maioria societária, deverá eleger o liquidante, observados os termos do art. 1102 e seguintes do Código Civil Brasileiro, arbitrando os seus honorários e fixando data de encerramento do processo liquidatário.

CLÁUSULA XIX: Os sócios subscritores das quotas do capital social declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal inclusive incapacidade superveniente, encontrando-se em pleno exercício de seus direitos civis, inclusive de personalidade.

CLÁUSULA XX: Os endereços dos sócios, constantes do Contrato Social, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e etc., relativos a atos societários de seu interesse.

Parágrafo Único: A responsabilidade quanto à informação oportuna de alterações desses endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-la por escrito.

CLÁUSULA XXI: Declara, sob as penas da lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA - ME nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA XXII: Fica eleito o foro da comarca de BIGUAÇU/SC, para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA XXIII: As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas e não reguladas pelo presente contrato serão supridas ou resolvidas com base nas disposições do Código Civil Brasileiro, Lei n. 10406 de 10 de janeiro de 2002, supletivamente pela lei das sociedades anônimas e pela legislação pertinente em vigor.

Gov. Celso Ramos/SC, 25 de Junho de 2023.

CAROLINE SIQUEIRA BENTO
CPF: 068.394.649-89

81300001144040

6



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/06/2023 Data dos Efeitos 09/06/2023

Arquivamento 20239473027 Protocolo 239473027 de 09/06/2023 NIRE 42206840581

Nome da empresa CJP ALIMENTOS NATURAIS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441983462437024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

12/06/2023



239473027

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	CJP ALIMENTOS NATURAIS LTDA
PROTOCOLO	239473027 - 09/06/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42206840581
CNPJ 38.118.266/0001-06
CERTIFICO O REGISTRO EM 12/06/2023
SOB N: 20239473027

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20239473027

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06839464989 - CAROLINE SIQUEIRA BENTO - Assinado em 09/06/2023 às 17:10:11



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 12/06/2023 Data dos Efeitos 09/06/2023

Arquivamento 20239473027 Protocolo 239473027 de 09/06/2023 NIRE 42206840581

Nome da empresa CJP ALIMENTOS NATURAIS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 441983462437024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/06/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

12/06/2023